

O disciplinamento do espírito: uma análise dos ritos de instituição no romance *O Ateneu*

The disciplining of the spirit: an analysis of the institution's rites in the novel O Ateneu

TIAGO RIBEIRO SANTOS*
RITA DE CÁSSIA MARCHI**



RESUMO – Este trabalho analisa os ritos de instituição como mecanismos disciplinares presentes em *O Ateneu*, romance do escritor brasileiro Raul Pompeia publicado em 1888, que retrata um colégio interno da época. Compreende-se que a produção e a reprodução do ideal disciplinar no colégio se apoiam em cerimônias, ritos e solenidades inerentes a interesses educacionais e políticos amplamente compartilhados. Os ritos analisados são relativos aos exames aos quais são submetidos os internos, à divulgação das notas dos exames e do comportamento dos internos por meio do “livro das notas” e as cerimônias do “Grêmio Literário Amor ao Saber”. Conclui-se que os ritos de instituição no colégio acionam ideais disciplinares tão mais implícitos à medida que contam com o sentido solene que a magia dos ritos produz.

Palavras-chave – ritos de instituição; disciplina; romance

ABSTRACT – This paper examines the institution's rites as disciplinary mechanisms present in *O Ateneu*, a novel written by Raul Pompeia and published in 1888, which depicts a boarding school at the time. It is understood that the production and reproduction of the disciplinary ideal in the college rely on ceremonies, rites and solemnities pertaining to widely shared educational and political interests. The analyzed rites are the examinations the inmates undergo, the disclosure of exam scores and of inmates' behavior through the “livro das notas” (book of notes) and the ceremonies that happen at the “Grêmio Literário Amor ao Saber” (Love for Knowledge Association for Literary Activities) We conclude that the institution's rites in the college move implied disciplinary ideals as long as they rely on the solemn sense produced by the rites' magic.

Keywords – institution's rites; discipline; novel

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa os ritos de instituição presentes no romance *O Ateneu*, do escritor brasileiro Raul Pompeia, publicado originalmente em 1888, que retrata a vida escolar de um colégio interno da época. A produção da disciplina no *Ateneu* está relacionada a um sistema de ritos que institui valores inerentes aos ideais do colégio, que dispõe de aparatos técnicos e objetivos para a sua realização. O objetivo, assim, é analisar a “eficácia simbólica dos ritos de instituição” (BOURDIEU, 1982, p. 59) enquanto instituidores de disciplina no colégio *Ateneu*. Neste artigo, considera-se que o modo de atua-

ção da disciplina “implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos” (FOUCAULT, 2005, p. 117).¹ Pretende-se, portanto, analisar o modo como determinadas condições simbólicas possibilitam que os ritos escolares atuem no sentido de assegurar a ordem interna daquele colégio. Assim, considera-se que os ritos de instituição fazem parte de um sistema orientado para instituir e preservar, reproduzindo, em sentido amplo, o arbitrário cultural (BOURDIEU, 1982) que o colégio representa.²

* Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, SC, Brasil). *E-mail*: <tiago.ribeiro@live.com>.

** Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, SC, Brasil) e Professora da Universidade Regional de Blumenau (Blumenau, SC, Brasil). *E-mail*: <rt.mc@bol.com>.

Artigo recebido em agosto de 2012 e aprovado em outubro de 2012.

Os ritos escolares (solenidades, exames, eventos festivos, prêmios, louvores, condecorações, etc.) são compreendidos neste artigo, do ponto de vista sociológico, como “ritos de instituição” tal como esse conceito foi desenvolvido por Bourdieu (1982), tendo por base o clássico conceito (em antropologia social) de “ritos de passagem”.

Bourdieu pretendeu conferir aos ritos (mais especificamente escolares) características além daquelas já atribuídas aos ritos de passagem pelos antropólogos Gennep ([1909]1978) e Turner (1974). Assim, para Bourdieu (1982, p. 58), “todo o rito tende a consagrar ou a legitimar, ou seja, a fazer desconhecer enquanto arbitrário e reconhecer enquanto legítimo, natural, um *limite arbitrário*”. O “limite” a que o autor se refere é a linha *simbólica* que marca a passagem entre o *antes* e o *depois*. Isto é, a linha que sinaliza uma mudança de *estado*; a *passagem* de uma determinada condição a outra. Assim, os ritos de passagem são também compreendidos como “ritos de iniciação”, pois marcam essa transição – metaforicamente compreendida como “morte” e “renascimento” simbólicos – de um *status* social a outro.

De acordo com autores da antropologia social, o ritual é um sistema simbólico de comunicação que serve para “organizar” aspectos da vida social lhes emprestando formas convencionais e estilizadas. Podendo os rituais ser profanos ou de caráter religioso, têm a capacidade de tornar visível o invisível: no caso dos rituais escolares, esses tornam visíveis, demarcam, reforçam, tornam patentes, as relações sociais presentes no espaço escolar fortemente estruturado pela hierarquia de posições e pela demarcação de diferenças em relação a condutas e desempenhos prescritos e/ou proscritos naquele espaço.

De acordo com Gennep ([1909] 1979), as cerimônias são etapas daquilo que se deseja marcar ou revelar socialmente, uma espécie de “moldura” que se deseja aplicar a determinada realidade. Nesse sentido, o rito da cerimônia circunscreve e torna consciente (visível), enfim, o fato social. Assim, Bourdieu pretendeu enfatizar a “função social” dos ritos de passagem e do significado social da linha divisória (separação) que o ritual institui entre os que foram submetidos (ou ainda serão) a essa ação simbólica e aqueles que não a sofrerão (instituinto assim, uma *diferença durável* entre agentes) (BOURDIEU, 1982). É por causa dessa “demarcação social” que esse autor renomeia os ritos de passagem como “ritos de consagração”, “ritos de legitimação” ou, mais precisamente, “ritos de instituição” (*rites d’institution*), conferindo a essa última denominação seu sentido “ativo”, isto é, o de instituir, de dar forma, de “fazer ver” (e, portanto, de fazer *crer*).

Compreende-se, assim, que os ritos de instituição estão relacionados ao ideal disciplinar amplamente

compartilhado no colégio Ateneu, ou seja, sua eficácia simbólica se realiza na medida em que atuam por meio do reconhecimento que lhes é conferido pelos agentes.

Para a leitura d’*O Ateneu* tomou-se como base a leitura sociológica que Bourdieu (1996) realiza, no prólogo de *As regras da arte*, ao analisar o romance *A educação sentimental*, de Gustave Flaubert. Por meio de uma leitura interna deste romance, Bourdieu extrai elementos da estrutura social nele enunciada e torna inteligível a distribuição das propriedades específicas dos agentes nela situados. Deste modo, o autor procurou desvelar as estratégias que os agentes acionam na luta pela conservação ou transformação de suas posições dentro do que denomina “campo do poder”.

Além da disciplina, os ritos de instituição atuam também como mecanismos orientados à produção da diferença, seja da honra ou da vergonha, podendo chegar ao nível do estigma (BOURDIEU, 1982). Estes resultados reforçam a ideia que os ritos cumprem funções sociais pautadas em princípios disciplinares e, por isso, também educacionais e políticos:

Falar de rito de instituição é indicar que todo o rito tende a consagrar ou a legitimar, ou seja, a fazer desconhecer enquanto arbitrário e reconhecer enquanto legítimo, natural, um *limite arbitrário*; ou, o que é equivalente, a operar solenemente, ou seja, de maneira lícita e extraordinária, uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social e da ordem mental que se defende a todo custo [...] (BOURDIEU, 1982, p. 58).

Os ritos instituidores de disciplina a serem aqui analisados são práticas que instituem a correspondência com o “grande mundo lá fora” (nas palavras de Dr. Cláudio, um dos personagens do romance), isto é, para além dos muros do Ateneu. Assim, são ritos adequados à função especificamente escolar de “preparar para a vida adulta”, instituindo e reproduzindo valores cuja transmissão é iniciada na infância. É nesse sentido que será observado nos ritos escolares do Ateneu uma crescente ênfase no abandono de práticas infantis e, portanto, na elisão de sinais que indicam a passagem da criança (os meninos internos) para o mundo adulto. Trata-se do abandono de práticas predominantemente lúdicas e carregadas de sentido afetivo, isto é, vistas como brincadeiras exercidas de forma delicada em virtude da representação social da “fragilidade infantil”. A trajetória escolar de Sérgio (menino de 11 anos), protagonista do romance e interno que recebe maior enfoque na participação dos ritos aqui analisados, será marcada por cerimônias que visam à produção de uma “representação de si” respeitando princípios disciplinares. Portanto, as características consideradas frágeis no menino serão transformadas em robustas e os sinais que nele, por ventura, ainda lembrem

os universos infantil e/ou feminino, também serão transformados de modo a se adequarem à representação do ideal masculino compartilhado no Ateneu e na sociedade da época.

Daí que, ainda nas palavras do Dr. Cláudio, “não é o internato que faz a sociedade; o internato a reflete”. O internato procura, assim, produzir em seus internos um conjunto de valores que os adêquem a um sistema que lhes é, todavia, exterior. O internato é visto, portanto, como “instituição ideal do século XIX”, quer seja em “um liceu, um pequeno seminário, um colégio religioso ou uma escola normal” (ARIÈS, 1981, p. 191), porque introduz a disciplina permanentemente. O internato prepara para a vida social e política e, por isso, procura inculcar ideais relativos à vida adulta, aquela que dá acesso às esferas de poder que orientam o mundo “lá fora” (a política, a ciência, a economia, etc.) e que, por definição, são alheias ao universo infantil e – naquela época – também ao universo feminino. É por essa razão que o pai do menino Sérgio o avisa de que, adentrando aos muros do grandioso colégio, ele vai, paradoxalmente, “encontrar o mundo” e deve tomar “coragem para a luta” da vida, aquela que nos resgata do círculo da infância e que nos retira as ilusões da criança que fomos:

Vais encontrar o mundo, disse-me meu pai, à porta do Ateneu. Coragem para a luta. Bastante experimentei depois a verdade deste aviso, que me despia, num gesto, *das ilusões de criança educada exoticamente na estufa de carinho que é o regímen do amor doméstico*, diferente do que se encontra fora, tão diferente, que parece o poema dos cuidados maternos um artifício sentimental, com a vantagem única de fazer mais sensível a criatura à impressão rude do primeiro ensinamento, têmpera brusca da vitalidade na influência de um novo clima rigoroso (POMPEIA, 1993, p. 21). [sem grifo no original]

A preparação, no Ateneu, para a vida adulta e disciplinada inclui os ritos como meios que procuram apagar, pouco a pouco, do corpo e da mente dos indivíduos, as marcas da infância, da loucura, da delinquência, da feminilidade, etc. (FOUCAULT, 2005), isto é, de tudo aquilo que não é aceito em espaços e postos de prestígio e, correlativamente, de poder. Os ritos escolares são representados n’*O Ateneu* como festas, exames, solenidades, condecorações, eventos esportivos e literários e outras atividades que instituem a rotina escolar. Dentre esses, os ritos analisados nesse estudo são os relativos aos exames aos quais são submetidos os internos, à divulgação das notas dos exames e do comportamento dos internos por meio do “livro das notas” e as cerimônias do “Grêmio Literário Amor ao Saber”.

Antes, porém, de dar início à análise desses ritos específicos, vamos nos deter ainda na *passagem* vivida pelo menino Sérgio ou na transição que lhe é imposta, ao adentrar no Ateneu, entre a infância e aquilo que, aos poucos, vai se apresentar como a “vida adulta”. Faz-se referência aqui aos pequenos ritos pelos quais o menino terá que passar para “fazer-se homem” no Ateneu (isto é, na vida).

Quem é, portanto, esse menino de 11 anos, mas que “parece ter seis” e, portanto, ainda não “realmente desenvolvido”, levado pelas mãos do pai “à porta do Ateneu”? Quem é o garoto que faz a “estreia das calças longas” e que, retirado do “aconchego placentário da dieta caseira”, é “perfeitamente virgem” às sensações que encontrará em um universo que, se homólogo – em termos educacionais – ao universo familiar, lhe é, todavia, desconhecido?

Sérgio é uma criança que está prestes a ser iniciada no âmbito do universo escolar, ao que Perrenoud (1995) chama de “ofício de aluno”. No regime de internato, pode-se considerar que esta iniciação pressupõe, doravante, um exercício constante (dia e noite) de enquadramento disciplinar. Portanto, não é sem dificuldades e tristeza que o menino é levado a deixar o universo de uma infância burguesa para se construir no mundo adulto. Uma tristeza que é partilhada pelos membros do universo doméstico, pois a mãe beija a testa de Sérgio e molha “de lágrimas os [seus] cabelos”. Separar-se dos privilégios que a infância em família lhe oferece, tais como os “queridos pelotões de chumbo” e o “elegante vapor da linha circular do lago, no jardim”, é, para Sérgio, o “adeus às primeiras alegrias” dos jogos da infância e o início de um jogo de homens que inclui tornar-se efetivamente um homem tal qual o conselho que recebe, de início, de um experiente colega de internato (Rabelo): “faça-se forte aqui, faça-se homem”.

As formas pelas quais a distinção se manifesta neste novo jogo social (o do internato) estão presentes, entre outras, na “bela farda negra dos alunos, de botões dourados”, nos “discursos, visados pelo diretor, pançudos de sisudez, na boca irreverente da primeira idade”, na “amestrada disciplina” que produzia “as manobras perfeitas de um exército” em seus desfiles. Todos os rituais de confirmação da disciplina, da virilidade e da distinção produzidos no Ateneu introduzem, pouco a pouco, a criança do romance num universo encantado por promessas relacionadas aos princípios da construção de homens no Ateneu e que o menino Sérgio ainda desconhece. Sérgio é, portanto, um novato, aquele que sofre de alodoxia – a discordância entre as práticas do agente e as condições de possibilidade previstas no campo em que atua –, é o agente que ainda não incorporou as estruturas de pensamento que o fariam agir de acordo

com as normas arbitradas no campo. Os mecanismos disciplinares, como componentes que estruturam a lógica do processo educacional, são meios legítimos para o extermínio da *allogoxia* que se configura como um trabalho durável, de investimentos constantes e que pode se manifestar nas mais diferentes formas, indo da força física aos gestos carinhosos em nome do infinito amor que assegura, por sua vez, os fundamentos da violência simbólica em que repousam as práticas escolares. Não por acaso, ao adentrar no Ateneu, Sérgio precisará vestir calças, receberá o “número 54 do depósito geral” e “há de ter a bondade de ir ao cabeleireiro” para “deitar fora” seus “cachinhos”, como solicita o diretor do Ateneu (Aristarco), o “grande educador” de “peito largo”, núcleo do poder pedagógico, moral e disciplinar do colégio:

– Como se chama o amiguinho? perguntou-me o diretor.

– Sérgio... dei o nome todo, baixando os olhos e sem esquecer o “seu criado” da estrita cortesia.

– Pois, meu caro Sr. Sérgio, o amigo há de ter a bondade de ir ao cabeleireiro deitar fora estes cachinhos... Eu tinha ainda os cabelos compridos, por um capricho amoroso de minha mãe. O conselho era visivelmente salgado de censura. O diretor, explicando a meu pai, acrescentou com o risinho nasal que sabia fazer: “Sim, senhor, os meninos bonitos não provam bem no meu colégio...” (POMPEIA, 1993, p. 32).

Nem um pouco tácito, este anúncio de circuncisão simbólica, isto é, a solicitação do corte da “infância que aí fica, nos cabelos louros”, poderia ser recebido por Sérgio senão como conselho “visivelmente salgado de censura”? Esta peculiar circuncisão, de efeitos semelhantes aos rituais de passagem e que deixará Sérgio com a “sensação de nudez à nuca”, é um dos inúmeros sinais que inscreverão em seu corpo a passagem para o mundo adulto.³ Assim, o corte dos cabelos do menino significa também a excisão dos vestígios de feminilidade de um corpo que, agora pertencendo a um universo de rapazes, deve participar da homogeneidade das formas. Aqui se pode sugerir que a retirada dos vestígios de feminilidade, que imprime em Sérgio o modelo masculino da aparência e a constituição do “ser homem” no Ateneu, tem uma (dupla) função: impedir tanto a indefinição sexual (ou de gênero) que normalmente acompanha a primeira infância, quanto o desejo homossexual (no colégio fortemente reprimido).

Mas, como pode Sérgio admitir o corte dos cabelos sem resistência? Como fazer o menino ceder a esta primeira mutilação que, como trabalho disciplinar, inicia no seu próprio corpo? D. Ema, esposa do diretor do colégio, “bela mulher” de “formas alongadas por graciosa

magreza”, com uma “expressão de infinda bondade!” é o agente que realiza a dissimulação do poder institucional e, portanto, o arbítrio do corte de cabelo:

– Peço licença para defender os meninos bonitos... objetou alguém entrando. Surpreendendo-nos com esta frase, untuosamente escoada por um sorriso, chegou a senhora do diretor, D. Ema. Bela mulher em plena prosperidade dos trinta anos de Balzac, formas alongadas por graciosa magreza, erigindo, porém, o tronco sobre quadris amplos, fortes como a maternidade [...]

– Quantos anos tem? perguntou-me.

– Onze anos...

– Parece ter seis, com estes lindos cabelos.

Eu não era realmente desenvolvido. A senhora colhi-me o cabelo nos dedos: – Corte e ofereça à mamãe, aconselhou com uma carícia; é a infância que ali fica, nos cabelos louros... Depois, os filhos nada mais têm para as mães. O poemeto de amor materno deliciou-me como uma divina música. Olhei furtivamente para a senhora. Ela conservava sobre mim as grandes pupilas negras, lúcidas, numa expressão de infinda bondade! (POMPEIA, 1993, p. 32).

Se, por meio de D. Ema, o pedido de corte de cabelo é, para Sérgio, agora um “poemeto de amor materno”, pode-se crer que esse pedido agora foi não somente aceito, mas também desejado pelo menino. O gesto eufemizado de D. Ema é um recurso da *violência simbólica*, uma vez que é dissimulado como poema de “boa mãe para os meninos”, isto é, a violência se torna simbólica (e eficaz) quando causa e, ao mesmo tempo, pressupõe a aceitação de quem a sofre (BOURDIEU, 1998). A violência simbólica é, portanto, um meio de regulamentação de posturas disciplinares que não necessita do uso da força física. A condição de D. Ema, homóloga à condição materna, assegurada por capital simbólico de ordem semelhante a esta, torna dispensável a força porque instaura o afeto que conforma (no duplo sentido) e, por isso, alcança seu objetivo.

A representação que Sérgio produz sobre D. Ema, isto é, a representação da delicadeza, da maternidade, da candura, do cuidado, etc., assegura o caráter implícito pelo qual a violência simbólica se impõe. Sérgio, dominado pela necessidade de se adequar aos pressupostos de homem, assume o ponto de vista dominante ao reconhecer que o modelo de homem legítimo é o que lhe apresentam no colégio. Deste modo, sem ser vista como imposição, tanto da parte de Sérgio quando de D. Ema, a violência simbólica se confunde com as relações sociais exercidas natural e desinteressadamente, tornando-a difícil de ser identificada.

A violência simbólica, além de operar fazendo reconhecer a legitimidade de sua imposição, também

opera “no desconhecimento da arbitrariedade que está no seu princípio” (BOURDIEU, 1998a, p. 149). O arbitrário é o resultado das lutas ocorridas no interior de determinado campo. Ou seja, é resultado do desenrolar dos processos históricos de determinada cultura e, por isso, é arbitrário na medida “em que a estrutura e as funções dessa cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual” (BOURDIEU, 1992, p. 23). Assim, é o modo disciplinar que atua sobre Sérgio para que deixe de “ser criança” e alcance o estatuto de homem, começando pelo corte dos cabelos. Dessa forma, o arbitrário possui determinantes históricas que geralmente escapam à consciência e à compreensão dos agentes. Diante disso, para sua efetivação, a violência simbólica precisa contar com um véu que, encobrindo a verdade, nada apresenta além da luta pela imposição dos significados que definem “o verdadeiro”. É preciso lembrar que Sérgio não mais se situa no universo doméstico, embora algumas práticas – como as exercidas por D. Ema no Ateneu – produzam no menino uma ambígua representação do internato também como um lar. Mas, o menino está agora submetido ao jogo de homens, no qual se jogam coisas sérias. Assim, o desenvolvimento desta análise é delimitada pela compreensão do espaço escolar como um lugar de poderes que circulam entre diversos agentes (professores, alunos, diretor, enfermeira, entre outros membros institucionais) que instituem a regularidade das práticas do próprio ambiente que os faz, do ponto de vista disciplinar, produtores e produtos de sua educação.

Arbitrariamente, como estratégia aplicada ao uso do conceito de disciplina, separamos nesta análise a disciplina “do corpo” da disciplina “do espírito” (como sugere o título do artigo), levando em consideração que a disciplina se instala tanto por meios sensível e visivelmente corpóreos quanto, mais subjetivamente, por meios sensivelmente éticos (no “espírito”), isto é, que atuam na construção de um *ethos* particular. No que condiz à “disciplina do corpo”, pode-se falar na imposição de rotinas, formas de castigos, regras de conduta, etc. Já no sentido da “disciplina do espírito”, podem-se tomar como exemplos os ritos, as crenças, a formação do caráter, entre outras técnicas disciplinares que constroem disposições mentais. As relações entre corpo e espírito, no entanto, aparecem normalmente entrelaçadas, tornando essa separação normalmente pouco identificável, realizada aqui somente para fins analíticos.

A CERIMÔNIA DOS EXAMES: UM “APARATO ENORME CONTRA UMA CRIANÇA”

“O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza” (FOUCAULT,

2005, p. 154). Assim, os exames do Ateneu se configuram por meio de técnicas que avaliam as disposições dos internos, isto é, suas suficiências e insuficiências em relação às expectativas do colégio. Estas, como será visto mais exemplarmente a seguir, estão orientadas à produção de qualificações a respeito dos internos, isto é, à produção de títulos que, entre valores mais ou menos positivos e negativos, determinam o estado de suas posições. Daí segue que o caráter avaliativo do exame – e que é próprio de sua função – regulariza essas posições, variando desde a “aprovação com louvor” à “reprovação”.

Os exames se apresentam como ritos de instituição à medida que se apoiam em crenças socialmente compartilhadas que conferem aos exames a legitimidade de serem impostos. O itinerário de Sérgio no Ateneu (assim como o dos demais alunos do colégio) implica sobre sua posição uma série de exames. O primeiro acontece já no primeiro dia de aula. Mânlio, o professor “de primeiras letras”, “desconfiando por sistema de todos os meninos”, é quem, na sala de aula, chama Sérgio para que se levante e vá até a lousa:

De pé, vexadíssimo, senti brumar-se-me a vista, numa fumaça de vertigem. Adivinhei sobre mim o olhar visguento do Sanches, o olhar odioso e timorato do Cruz, os óculos azuis do Rebelo [...]. Cambaleei até à pedra. O professor interrogou-me; não sei se respondi. Apossou-se-me do espírito um pavor estranho. Acovardou-me o terror supremo das exibições, imaginando em roda a ironia má de todos aqueles rostos desconhecidos (POMPEIA, 1993, p. 42).

Esta ocasião, que marca o primeiro contato de Sérgio com as formas de exame do Ateneu, inscreve a especificidade de sua posição. Ele é “o novato” e, com efeito, é o agente inclinado a perceber esta condição inferior. A sua percepção a respeito de sua posição se deve, sobretudo, ao reconhecimento de sua (suposta) incapacidade em realizar o exame. Na condição de novato, Sérgio ainda não tem incorporado esquemas de pensamento na forma de sentidos que orientem sua conduta no Ateneu, isto é, ele ainda não incorporou o *habitus*, (neste caso, escolar) ou o “sistema de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 1980, p. 81). A ausência dessas disposições, como uma gama de conhecimentos que produz competências que podem ser acionadas para orientar suas ações no jogo, não permite que Sérgio neste se oriente, ficando sujeito a tensões e constrangimentos relativos às situações em que estas disposições são exigidas. Esta primeira convocação ao exame institui, classifica e particulariza a sua condição de novato, tornando-a visível aos colegas de classe no Ateneu:

Amparei-me à tábua negra, para não cair; fugia-me o solo aos pés, com a noção do momento; envolveu-me a escuridão dos desmaios, vergonha eterna! Liquidando-se a última energia... pela melhor das maneiras piores de liquidar-se uma energia (POMPEIA, 1993, p. 42).

A execução de um exame que pode ser realizado quando menos se espera não é um ato desligado da rede de ritos estabelecidos no Ateneu. Esses exames espontâneos estabelecem ligação com os exames que têm data e local previamente demarcados, na medida em que mantêm uma “comparação perpétua de cada um com todos” (FOUCAULT, 2005, p. 155). Dito de outra forma, os exames tomam, de modo incessante, cada interno como um objeto a ser classificado e medido em relação aos seus pares. Os exames formais, cerimônias orquestradas por comissões cada “qual mais poderosa e carrancuda” que a outra, permitem estabelecer que cada caso seja, especificamente, um caso. A individualização dos casos, como resultado, permite avaliar as propriedades dos internos e, se necessário, submetê-los novamente às rotinas de treinamento para alcançar os conhecimentos exigidos nos exames. Desse modo, na “estreia do primeiro exame” formal, com “a terrível campanha penetrante da abertura da solenidade”, eis a contundente impressão de Sérgio sobre esse rito escolar:

A estreia do primeiro exame foi de fazer febre [...] Que barbaridade aquela conspiração *toda contra mim, contra um*, de todos aqueles perfis rebarbativos, contínuos, o Matoso, o Neves Leão, as comissões, qual mais poderosa e carrancuda; o Conselho da Instrução no fundo, coisa desconhecida, mitológica, entrevista como as pinturas religiosas das abóbas sombrias, onde as vozes da nave engrossam de ressonância, emprestando a força moral à justiça das comissões, com o prestígio da elevação e do inacessível; mais alto que tudo, o Ministro do império, o Executivo, o Estado, a Ordem Social, *aparato enorme contra uma criança* (POMPEIA, 1993, p. 167). [sem grifo no original]

Como artifício para qualificar os internos, os exames dependem de condições que legitimem as verdades em forma de vereditos, que são capazes de produzir a aprovação e a reprovação dos internos. Neste caso, não é mais o Prof. Mânlio – o personagem que atua nos exames informais – o único examinador. Integram-se ao corpo examinador todos os professores: o “Courroux da mesa de francês”; o Simas “da mesa de geografia”; o Meireles “da filosofia”; o Barros Andrade “da retórica”. O que se vê é um corpo de autoridades com competência para proferir determinações a respeito dos internos. Embora

responsáveis por ministrar diferentes disciplinas, esses professores têm em comum a função de comparar os saberes produzidos, reproduzidos e regulamentados no Ateneu. Os internos são julgados a partir da capacidade de manipular esses saberes. Para tanto, Sérgio, como os outros internos, preenche “uma lista de nomes” na qual se encontram aqueles que serão examinados “numa sala grande”:

Entre as vidraças e os lugares que eram destinados aos examinandos, ficava a mesa examinadora: à direita um velho calvo, baixinho, de alouradas cãs, rodeando a calva em franja de dragonas, barba da cor dos cabelos, reclinava-se ao espaldar da poltrona e lia um pequeno volume com o esforço dos míopes, esfregando as páginas ao rosto. À esquerda, um homem de trinta anos, barba rareada por toda a face, pálpebras inclusive, olhos escuros, cabelo seco, caracolando. A claridade, batendo pelas costas, denegria-lhe confusamente as feições (POMPEIA, 1993, p. 168).

A produção do estado singular dos agentes na ocasião do exame é reforçada por meio da posição em que se situam em matéria de lugar. A disposição das cadeiras ordenadas em fila, que “individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 2005, p. 125), insere Sérgio num ponto em que ele possa ser visto e classificado. O menino é alvo de olhares que vigiam os movimentos que possam burlar a posição individualizada que a disposição das mesas e cadeiras produz. Essa distribuição espacial da qual os alunos fazem parte, ao serem geometricamente arranjados em determinados pontos da sala, produzem sobre todos a necessidade de reconhecer os limites que imperam naquele espaço, estabelecendo fronteiras a respeito das ações consideradas possíveis.

As mesas que se encontram separadas no momento da prova escrita, com efeito, não individualizam fisicamente apenas corpos, mas também os interesses dos agentes submetidos em conjunto ao exame:

Três pancadinhas que senti no calcanhar, chamaram-me das distrações. Voltei-me: era o meu vizinho da mesa de trás, o queixo de ébano que pedia socorro. “Valha-me que estou perdido, não atino com a ordem direta!” O ruído desta frase balbuciada, sibilo bem forte para atrair a atenção da mesa. Atirei-lhe a oração principal, mas tive medo de acudir inteiramente. Além disso, precisava cuidar do próprio interesse. Deixei o pobre Cristo de marfim entregue ao desespero de uma lauda deserta. De vez em quando, o infeliz espetava-me as costas com a caneta (POMPEIA, 1993, p. 168).

O medo da punição (por se contrapor a uma ordem) e a consciência de Sérgio de ter que defender o “próprio

interesse” se coadunam perfeitamente aos interesses dos examinadores. Neste caso, portanto, não estão em jogo interesses perfeitamente distintos. Ao contrário, é a identidade de interesses de agentes em posições supostamente opostas (examinadores e examinados) que faz com que o jogo funcione. Assim sendo, “cuidar de seu próprio interesse” em detrimento de auxiliar um colega durante um exame significa para Sérgio a inscrição no sentido prático do jogo que se joga no colégio. Vem daí a maneira mais ou menos uníssona da atuação disciplinada (de alunos e examinadores), que age no sentido de preservar a estrutura das relações que compõe o rito do exame.

O LIVRO DAS NOTAS: “A MAIS TERRÍVEL DAS INSTITUIÇÕES DO ATENEU”

O “livro das notas” faz parte do sistema de ritos do Ateneu como objeto insigne e temido que, para exercer sua função – a de divulgar as notas dos exames e de comportamento –, depende do rito para ser socialmente reconhecido. Ou seja: o poder não está no objeto em si, mas nas relações que o produzem, a ponto de ser considerada “a mais terrível das instituições do Ateneu”, do ponto de vista do protagonista do romance. Dadas as crenças e as funções atribuídas aos atos do rito, o livro se inscreve como um dos elementos centrais na produção da realidade disciplinar do colégio:

Na véspera cada professor, na ordem do horário, deixava ali a observação relativa à diligência dos seus discípulos. Era o nosso jornalismo. Do livro aberto, como as sombras das caixas encantadas dos contos de maravilha, nascia, surgia, avultava, impunha-se a opinião do Ateneu. Rainha caprichosa e incerta, tiranizava essa opinião sem corretivo como os tribunais supremos (POMPEIA, 1993, p. 68).

Este livro, com “capa de couro”, lido “infallivelmente, perante o colégio em peso”, “todas as manhãs”, “às oito horas”, configura uma série de condições simbólicas que o tornam algo distinto e que, como resultado, produz distinção. Assim sendo, o livro se inscreve como rito de instituição de diferenças, bem como de identidades, uma vez que os internos são alvos de classificação positiva ou negativa que altera ou preserva as posições por meio das notas alcançadas:

A instituição de uma identidade, que pode ser um título de nobreza ou um estigma (você é apenas um...), é a imposição de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é impor um direito de ser que é também um dever ser (ou de ser). É *significar* a alguém isto que ele é e conseqüentemente *significar* como ele tem que se comportar. O indicativo é neste caso um imperativo (BOURDIEU, 1982, p. 60).

O livro, “um mistério”, com exceção para os “privilegiados, os vigilantes, os amigos do peito, os que dormiam à sombra de uma reputação habilmente arranjada por um justo conchavo de trabalho e cativante doçura”, é principalmente um meio de classificação dos internos. Ou seja, um meio que permite – consideradas as notas atribuídas – preservar, elevar ou degradar o capital simbólico destes. Com efeito, ao tornar públicas as notas dos internos, instala-se, na rede de relações do Ateneu, a forma desses agentes serem percebidos e apreciados sob todos os pontos de vista, uma vez que suas notas são publicamente conhecidas e reconhecidas:

E pior é que lavrava o contágio da convicção e surpreendia-se cada um consecutivamente de não haver reparado que era mesmo tão ordinário tal discípulo, tal colega, reforçando-se passivamente o conceito, até consumir-se a obra de vilipêndio quando, por último, o condenado, sem mais uma sugestão de revolta, achava aquilo justo e baixava a cabeça. A opinião é um adversário infernal que conta com a cumplicidade, enfim, da própria vítima (POMPEIA, 1993, p. 68).

Esta “cumplicidade, enfim, da própria vítima”, resultado do imperativo aceito com legitimidade, que produz inclusive o sentimento de culpa, sustentada pelos arbitrários do universo escolar, só pode ser exercida por intermédio do poder simbólico configurado no próprio ritual. O poder simbólico é um “poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que o suportam ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1977, p. 405). É a partir da crença produzida sobre o evento forjado para a divulgação das notas que a norma se efetiva, sendo percebida como natural e inerente à forma de conceber as atividades escolares. Deste modo, o livro das notas age produzindo uma representação da vida escolar ao conferir, no ato da instituição, as normas que se ajustam aos esquemas de pensamento e expectativas dos agentes que participam do regime tipicamente escolar. Como resultado, o livro das notas torna dispensável o exercício da força física na efetividade de sua ação, isto é, na imposição de seu arbitrário (a “opinião do Ateneu” sobre os internos).

A divulgação das notas não produz “expressamente punições corporais”. Contudo, uma punição incorpórea, tal e qual a exercida por meio do livro das notas do Ateneu, não reduz a coercitividade que caracteriza a ação disciplinar, isto é, a característica de exercer um chamado à ordem que faz os internos perceberem as exigências que o colégio requer. Para isso, a “tarefa penal da escrita” se impõe aos agentes cujas notas não alcançam a expectativa do colégio, fazendo-os participar de um sistema punitivo que, além de evidenciar negativamente a posição dos

penalizados, procura orientá-los nas atividades que o microcosmo escolar preserva:

Os vitimados fugiam, acobardados de vergonha, oprimidos sob o castigo incalculável de trezentas carinhas de ironia superior ou compaixão de ultraje. Passavam junto de Aristarco ao sair para a tarefa penal de escrita. O diretor, arrepiando uma das cóleras olímpicas que de um momento para outro sabia fabricar, descarregava com o livro às costas do condenado, agravante de injúria e escárnio à pena de difamação. O desgraçado sumia-se no corredor, cambaleando (POMPEIA, 1993, p. 68).

Com efeito, a leitura pública do livro das notas, ao classificar o estado das posições de cada interno, correlativamente também as desclassifica, colocando-as razoavelmente em um vai e vem de altos e baixos, de estados de segurança e de insegurança. Ou seja, um estado de espírito que variava a partir da leitura das notas do dia.⁴ E, embora já tivesse figurado no livro “com algumas notas de louvor”, Sérgio, por uma sucessão de notas más, também foi atingido pelos efeitos da coerção que a leitura do livro impunha:

No fundo do silêncio comum do refeitório, cavou-se um silêncio mais fundo, como um poço depois de um abismo. Senti-me devorado por este silêncio hiante. A congregação justiceira dos colegas voltou-se para mim, contra mim. Os vizinhos de lugar à mesa afastaram-se dos dois lados, para que eu melhor fosse visto (POMPEIA, 1993, p. 69).

Deste modo, os efeitos do livro das notas dependem mais ou menos do reconhecimento tácito dos agentes dos princípios em que o livro se inscreve. Os colegas que se afastam de Sérgio, porque este teve suas notas anunciadas e sua posição desclassificada, ampliam o grau de visibilidade e notoriedade do ato da desclassificação. A posição do menino no colégio é elucidada, assim, à luz do discurso que o livro das notas produz, servindo como dado visível do desempenho de suas atividades naquele espaço. Como flanela retirando o pó de uma prataria, a percepção e a apreciação mais clara da condição em que Sérgio se encontra é extraída por meio da leitura do livro com dados (diariamente atualizados) de sua posição; isto é, do livro são extraídas considerações negativas ou positivas que têm como norte os valores e a ordem vigentes no Ateneu. Além do mais, dada a regularidade com que o livro das notas é publicamente lido, ocorre uma constante vigília do estado de sua posição:

Dias depois da terrível nota, voltava eu a figurar com outra má, menos filosoficamente redigida, porém agravada de reincidência. Aristarco não perdoou

mais. Houve ainda terceira, quarta, por diante. Cada uma delas doía-me intensamente; contudo não me indignavam. Aquele sofrimento eu o desejava, na humildade devota da minha disposição atual (POMPEIA, 1993, p. 69).

É no exercício do rito para a divulgação das notas que este impõe, consagra e legitima no Ateneu a arbitrariedade dos julgamentos. Vistos como essência da avaliação das atividades realizadas no colégio, os modos solenes, lícitos e (extra)ordinários de operação deste rito matinal institucionalizam os deveres no colégio. Eles também obtêm a adesão dos agentes, dado o desconhecimento da arbitrariedade que é vista, assim, como legítima e natural. O arbitrário cultural, como enunciações e significações provenientes do corpo docente e que são, ao mesmo tempo, compartilhadas pelos internos, por estarem fundados na crença que lhe concede o direito de se impor, produzem o rol de imperativos instituídos no Ateneu. Assim sendo, o livro das notas, como meio de divulgação do arbitrário e, correlativamente, da disciplina enquanto regra arbitrária, é o juízo produzido no colégio. E é também, por isso, autorizado a se configurar como “a opinião do Ateneu”, uma vez que os valores atribuídos ao livro representam os ideais dos agentes que compõem o colégio.

O GRÊMIO LITERÁRIO: A PRODUÇÃO DO “AMOR AO SABER”

A estrutura das relações de força que atua num regime disciplinar não é necessariamente sempre determinada pela pressão e coerção sobre os agentes de determinado campo. Assim, no espaço escolar do Ateneu, compreende-se que o arbitrário, que implica um *dever-ser* sobre os agentes, pode relativamente independe de coações ou chamados à ordem sempre que se constituir a partir do ajuste dos interesses subjetivos às condições objetivas que o colégio fornece para suas realizações.

Esta condição de ajuste (de interesses) aparentemente desinteressado pode ser observada no “Grêmio Literário Amor ao Saber”, espaço de devoção artística onde os internos adquirem, desenvolvem e aplicam conhecimentos literários e filosóficos, tornando-os públicos por meio de solenidades.

O direito de entrada no grêmio literário, como “privilegio”, depende do reconhecimento tácito, por parte dos agentes, do que está em jogo. Dito de outra forma, é preciso que os agentes dispostos a ingressar no grêmio sejam capazes de apreender e compreender o que está em disputa naquele espaço associativo, isto é, debates eruditos que devem ser apreciados por meio de conhecimentos próprios a esses debates.

Como espaço relativamente autônomo, isto é, onde agem mecanismos que produzem as próprias necessidades ali exigidas, o grêmio literário se inscreve numa estrutura de atividades mais ou menos indiferentes às urgências exteriores. Dito de outra maneira, os agentes que participam do grêmio literário, com disposições em comum – entre elas, a de que vale a pena discutir o literário – aderem ao senso prático ali estritamente produzido e reproduzido e onde esta necessidade é tornada virtude. Virtude na acepção de que os agentes situados no grêmio, ao terem incorporado os sentidos de ali estar, aos olhos de quem os vê de fora, podem ser percebidos como detentores de propriedades extraordinárias na medida em que são desconhecidas as condições de sua produção. Eis a narrativa de Sérgio em relação às suas impressões das reuniões do grêmio “Amor ao Saber”:

Às suas reuniões comparecia eu timidamente, para nada mais que simplesmente abusar, por excessivo consumo, de um direito dos estatutos: podiam os alunos, todos do Ateneu, em silêncio humilde, mariscar o que fossem deixando os segadores do trigal das literaturas.

Assistente infalível, saía cheio com a retórica espigada, que ia espalmar, prensando no dicionário, conservas de espírito, relíquia inapreciável do Belo. A dificuldade que encontrava um estudante para forrar-se ao privilégio de gremista, fazia-me mais a fundo venerá-lo (POMPEIA, 1993, p. 103).

As condições que colocam Sérgio numa posição tímida em relação ao grêmio podem ser pensadas a partir de seus direitos de entrada neste campo. Este agente que reconhece os obstáculos até a chegada à posição privilegiada de gremista é aquele que ainda não adquiriu esses direitos. Contudo, o Ateneu dispõe de mecanismos de apropriação de bens simbólicos que mais ou menos garantem direito de entrada em espaços privilegiados do colégio. Entre eles, o meio mais elementar para o acesso ao universo literário: a biblioteca. Para Sérgio, a biblioteca era uma “recreação habitual” e, também, “a maior utilidade do Grêmio”:

Alguns rapazes, não do *Grêmio*, e que não houvessem, nas letras, manifestado gramaticalmente notável jeito para a conjugação sub-reptícia do verbo adquirir, podiam obter do presidente o direito de ingresso na sala dos livros. Eu, como amigo que era das bonitas páginas impressas, apresentei candidatura (POMPEIA, 1993, p. 106).

Entretanto, dada a configuração relativamente autônoma das atividades do grêmio literário, é necessário considerar as arbitrariedades que regem os saberes que nele circulam. Os saberes literários, filosóficos,

históricos, etc., instituídos e disseminados pelos gremistas, como resultado, mantêm disciplinada uma rede de saberes. Esta rede, constituída por uma ordem de saberes legítimos no interior do grêmio, é que determina uma série de arbítrios já convencionados a respeito dos saberes aceitos e não aceitos no grêmio. Com efeito, as disposições que inclinam Sérgio a apreciar Júlio Verne, em oposição aos discursos filosóficos de Cícero – que é autor consagrado no grêmio –, reduzem as possibilidades de Sérgio ser também ele um gremista, uma vez que seu gosto difere do arbitrário estabelecido. Assim sendo, obter o direito de entrada não significa deter quaisquer tipos de conhecimento. Em outro sentido, a obtenção do direito de entrada implica deter conhecimentos de ordem semelhantes aos instituídos no grêmio, aderindo aos saberes dominantes e, correlativamente, aos agentes já integrados àquele grêmio estudantil.

O “Grêmio Literário Amor ao Saber” respira a mesma atmosfera do Ateneu. Isto é, os integrantes do Ateneu estão em acordo quanto às atividades do grêmio, socialmente reconhecidas e respeitadas. Nesta condição, Aristarco – o diretor do colégio – se desloca do núcleo do poder e concede o posto ao Dr. Cláudio, “professor da casa, homem de capacidade” que “conduzia os trabalhos” do grêmio literário “com verdadeira perícia de automedonte”. Embora com capital simbólico de espécie diferente do de Aristarco, Dr. Cláudio é o agente cujas propriedades são homólogas às daquele. Contudo, seu capital é mais especificamente de ordem cultural, pois seu amor não é devotado à disciplina, mas ao saber. E seu saber concerne ou diz respeito à literatura enquanto arte. Daí segue-se que os interesses de Dr. Cláudio, configurados no grêmio literário, encontram sua forma de realização no próprio grêmio, que é instituição perfeitamente subordinada aos interesses do Ateneu:

O Dr. Cláudio conduzia os trabalhos com verdadeira perícia de automedonte, esclarecia os imbróglis, forjava adjetivos de encômio que ia dando a cada um por sua vez e a todos os estimáveis consócios, propunha algumas teses e achava graça em outras. Nas sessões solenes pronunciava o discurso oficial (POMPEIA, 1993, p. 105).

Se o poder disciplinar não amarra as forças, mas “procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo” (FOUCAULT, 2005, p. 143), é preciso considerar que as atividades desenvolvidas no grêmio literário não se encerram e mesmo alimentam um circuito de ações para além dos limites desse espaço. Daí que as atividades do grêmio se fundem às do colégio Ateneu, quando este serve como instância consagradora das atividades originalmente produzidas no grêmio:

Os estatutos do *Grêmio* marcavam duas ocasiões de solenidades: as festas anuais de abertura e do encerramento dos trabalhos. Além destas, as sessões comemorativas que a casa resolvesse.

Para as festas literárias, levava-se ao pavilhão do recreio um grande estrado, três mesas que se alinhavam para a diretoria, sob um rico pano cor de vinho, de ramagens negras que lembravam tinteiros entornados de mau agouro, e uma tribuna familiarmente apelidada *caranguejola* (POMPEIA, 1993, p. 109).

O reconhecimento, dado pelas solenidades, de um grupo nobre e distinto no interior do colégio fortalece sua legitimidade. A presença, nestas solenidades, de todo o corpo docente, dos pais dos internos e dos representantes da sociedade política colabora nesta legitimação. Como elemento do processo das solenidades, a entrega de prêmios estabelece relações de troca que supõem, da parte do grupo que detém o direito de premiar, a concessão do direito de prêmio. E da parte dos aspirantes ao prêmio, supõe-se o reconhecimento da validade que este confere àquele que for capaz de obtê-lo. O reconhecimento do prêmio certifica que o premiado corresponde, para além das exigências e expectativas do grupo que o concede, às seduções que o jogo e o mérito produzem. Ao tornar pública a premiação, as solenidades tornam visíveis, “por ordem de merecimento”, os casos exemplares, ou seja, aqueles dignos de serem respeitados e espelhados. Contudo, as solenidades de premiação fazem esquecer – supomos que devido à magia que o ritual produz – que os casos exemplares são mais precisamente exceções, afinal, há sempre mais vencidos que vencedores:

A premiação foi, como devia ser, exuberante. Aristarco leu um relatório do movimento literário nos dois últimos anos. Lembrou o nome dos alunos de medalhas de ouro e prata, desde a fundação da casa, e convidou o secretário a evocar, por ordem de merecimento, os novos premiados. Extensa lista. A cada nome descia um aluno, branco de emoção, atrapalhando os passos; e transpunha a arena.

À esquerda do trono estava uma longa mesa, a que sentavam-se o Ex.^{mo} ministro do império e vários figuras da Instrução Pública (POMPEIA, 1993, p. 192).

O sucesso dos discursos pronunciados nas solenidades do Ateneu depende de sua correspondência às expectativas sobre o que o discurso anuncia. Com efeito, estando os agentes predispostos a concordar com o que é dito, o que torna o discurso dizível, a inculcação dos arbitrários ocorre sem resistências nas solenidades. Desse modo, Dr. Cláudio, ao acionar seu capital, exercendo o poder simbólico fundamentado por esse, encontra as condições reais de realização do seu discurso que é, também, uma

forma de alimentar o próprio sentido das experiências escolares com a literatura:

Com a facilidade da sua elocução, fez o Dr. Cláudio a crítica geral da literatura brasileira: a galhofa de Gregório de Matos e Antônio José, a epopeia de Durão, o idílio da escola mineira, a unção de Sousa Caldas e S. Carlos, a influência de Magalhães, os ensaios do romance nacional, a glória de Gonçalves Dias e José de Alencar (POMPEIA, 1993, p. 109).

Portanto, as solenidades regidas pelos agentes que participam do grêmio literário, sobretudo o Dr. Cláudio, professor que detém capital característico da posição de um apreciador das artes, dependem de determinadas condições para sua realização. Assim, considera-se que tais solenidades são produtos dos *habitus* dos agentes porque o “Amor ao Saber” fornece as condições de possibilidade da sua formação e reprodução no Ateneu. Ou seja, *habitus* coletivo uma vez que são produzidos e ratificados no mesmo espaço em que os agentes se situam: o grêmio literário. É nas solenidades, configuradas como eventos razoavelmente raros, que o *habitus* é exteriorizado pelos agentes na forma como percebem e apreciam artisticamente a arte. Esta condição faz da solenidade um espaço que, relacionado aos saberes que a produzem (isto é, o saber relativo à literatura, história, filosofia), confirma os princípios disciplinares necessários ao seu exercício. Assim, as solenidades originadas no grêmio e pelo grêmio preservam os pressupostos da ordem no Ateneu, mas mantêm veladas as condições de sua produção, potencializando o seu efeito de encantamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de ritos do Ateneu garante a suspensão da percepção e avaliação do arbitrário cultural que o determina. Deste modo, ao reconhecer que os valores que os rituais inculcam são legítimos, estabelece-se um tipo particular de dominação simbólica no interior do colégio. Esta permite que a ordem social do colégio se reproduza, naturalizando os valores que a sustentam. Contudo, esta dominação é branda, porque implica acordo entre as partes envolvidas nos rituais e só pode ser aceita à medida que coloca em jogo lucros simbólicos amplamente reconhecidos no colégio, como no caso dos méritos que os rituais destacam.

A operação dos rituais contribui na produção de um *habitus*. A participação dos alunos que têm, no romance, idade entre 11 e 17 anos, permite que a força do costume, do hábito, se estabeleça em suas vidas. Esta força os faz se familiarizarem, pouco a pouco, com rituais, por ventura, também exteriores ao internato. Como integrantes de colégio de elite, os alunos são fortemente inclinados a

ocupar cargos de notoriedade pública na vida adulta, a discursar em público, a participar de cerimônias requintadas. Portanto, supõe-se que os internos tendem a ocupar posições sociais nas quais os ritos que os distinguem são comuns. Consequentemente, levando em conta os efeitos de qualquer atividade tornada costume, eles obtêm o lucro de lidar com estes eventos de maneira (emocionalmente) econômica, desembaraçada e segura.

Se, como analisamos, os ritos de instituição escolares comportam princípios disciplinares, é porque eles são inerentes a um regime educacional e político idealizado. Os ritos obtêm uma eficácia simbolicamente disciplinar à medida que, pelas vias do lúdico, do mágico, difundem valores morais e intelectuais adequados à disciplina vigente no espaço escolar. Portanto, os ritos escolares, enquanto instituidores de disciplina, operam no sentido de fazer parecer legítimo e/ou natural um limite que é, na verdade, arbitrário (BOURDIEU, 1982). Assim, o rito tende a configurar o regime disciplinar tão interessante e sedutor⁵ quanto dramático e, se os ritos podem produzir também tensão e ansiedade é porque a crença neles depositada está fundada de modo tão durável nos sentidos que podem mesmo se exprimir de forma visível no corpo, como a febre que se manifestou em Sérgio na estreia do seu primeiro exame.

No Ateneu, os ritos assumem assim um caráter irrevogável por funcionarem como convites simbólicos à entrada e à participação no universo escolar. Conceder crença aos ritos escolares não significa apenas conceder crença à escola e à sua função transformadora e preparatória para a vida social adulta; significa também conceder à escola a autoridade de instituir a diferença para daí disciplinar, dividir e selecionar. Ou, como diria Foucault (2005), para produzir subjetividades.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. Sur le pouvoir symbolique. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, a. 32, n. 3, 1977.
- _____. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. Les rites comme actes d'institution. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 43, juin 1982.
- _____. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- _____. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____. **Meditações pascalianas**. Oeiras: Celta, 1998.
- COMENIUS, Jan Amos. **Didática magna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. Raquel Ramallete. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. Trad. M. Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1978.

PERRENOUD, Philippe. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto: Porto Editora, 1995.

POMPEIA, Raul. **O Ateneu**: apuração do texto em confronto com o original e introdução por Therezinha Bartholo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Trad. N. C. de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

NOTAS

¹ Este artigo é derivado de dissertação de mestrado em educação (com financiamento da bolsa de demanda social da Capes) que analisou os mecanismos disciplinares no romance *O Ateneu* a partir dos conceitos de poder disciplinar em Foucault e de poder simbólico em Bourdieu. Assim, este artigo enfatiza a dimensão simbólica do processo disciplinar ou a disciplina veiculada pelos ritos de instituição escolares que produzem sentidos e orientam condutas. Esta tomada de posição epistemológica sugere uma aproximação dos conceitos de poder em Foucault e Bourdieu, malgrado suas diferenças epistemológicas e metodológicas. Compreendido como simbólico em Bourdieu e disciplinar em Foucault, o conceito de poder objetiva explicar um só fenômeno: as forças que constituem as relações sociais. Considerar que a atuação do poder disciplinar (como definido por Foucault) no colégio Ateneu é também e, ao mesmo tempo, uma manifestação do poder simbólico (tal como definido por Bourdieu), é sugerir que a capilaridade, através da qual o poder opera nas sociedades disciplinares, segundo anuncia Foucault, pode ser compreendida como aquilo que torna a violência ou força que adentra (isto é, que *educa*), como uma violência essencialmente *simbólica*. Simbólica porque não compreendida como força ou constrangimento. Assim, se considera possível sugerir esta aproximação entre os conceitos de poder disciplinar e poder simbólico, aplicados às relações disciplinares *na escola*, reafirmando que, do ponto de vista desta análise, o poder disciplinar no espaço escolar é também um poder simbólico. Por isso, considera-se que as diferentes direções que os autores tomam na operacionalização do conceito de poder não impedem sua articulação. No caso da sujeição ao poder disciplinar e da subjetivação que é seu efeito, pode-se pensar, a partir de Bourdieu, sobre as condições que possibilitam aos agentes aderir à disciplina na forma de um *habitus*. Este princípio considera os agentes como participantes da construção da realidade disciplinar sem abstrair, no entanto, que as relações de poder são exercidas a partir de uma “relação desigual e relativamente estabilizada de forças”, como afirma Foucault (2006b, p. 250).

² Esclarece-se que o presente artigo é inédito em relação ao artigo denominado “O contágio da convicção: os ritos de instituição no Ateneu e a propagação da crença escolar”, submetido à avaliação em outro periódico. No presente artigo suspendemos a função dos ritos enquanto instituidores do sentido e da crença escolar, enfatizando sua função mais especificamente disciplinar, isto é, neste artigo, o foco está na apreensão dos ritos como meios de instituição da disciplina.

³ Cabe aqui resgatar que o processo de disciplinamento escolar, como disserta Comenius (1997 [1627]) em obra seminal da pedagogia moderna, é um constante serviço de “poda”. A atitude de Aristarco é, portanto, homóloga à do jardineiro que evita que as plantas se tornem selvagens, que cresçam descontroladas e que interfiram no crescimento das que compartilham o mesmo espaço. O corte de cabelo representa um entre inúmeros ritos de passagem que Sérgio experimenta no Ateneu. O rito de passagem marca tanto física quanto simbolicamente a nova condição em que ele se encontra, fazendo imperar um dever-ser sobre sua conduta.

⁴ O estado variável da posição dos internos que a leitura do livro das notas suscita pode tomar como exemplo, além de Sérgio, o estado da posição do aluno Franco, que ficava apenas “casualmente em liberdade” e livre de penalizações “por não ter havido leitura das notas”.

⁵ Supõe-se que o regime só se apresenta como enfadonho àqueles que não lhe atribuem crédito.